

## RESENHAS

### PENSANDO A FAMÍLIA NO BRASIL:

#### Da Colônia à Modernidade

VÁRIOS AUTORES, ESPAÇO E TEMPO/EDITORA DA UFRRJ, RIO DE JANEIRO, 1987.

Resultado de um Seminário promovido em 1985 pelo Núcleo de Estudos da Família, do Centro de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), visando uma ampla reflexão sobre o tema da Família no Brasil, a presente coletânea é um exemplo vivo do vigor com que o tema vem ressurgindo nas universidades e centros de pesquisa brasileiros nos últimos anos.

O livro compõe-se de três partes: a primeira delas, "Família através da História: representações e práticas", dois artigos logo expressam, com muita clareza, as possíveis leituras da família colonial de que falam as organizadoras da Coletânea em sua introdução e que constituem o fio condutor de todo o trabalho: de um lado o questionamento da abrangência da família patriarcal descrita no clássico de Gilberto Freyre para todo o Brasil e para todos os segmentos da sociedade brasileira, de outro a aceitação do modelo patriarcal como uma construção ideológica ou representação da família brasileira, servindo de referência para todas as práticas sociais familiares.

Baseada em fontes históricas básicas, como os recenseamentos e os testamentos, Eni Samara ("Tendências atuais da história da família no Brasil") representante da primeira corrente, argumenta que as famílias extensas do tipo patriarcal não foram as predominantes no Brasil, sobretudo nos estados do sul do país e nos séculos XVIII e XIX, quando eram mais comuns as unidades menores e de estrutura menos complexa. O modelo de Freyre, contudo, teria deixado, segundo a autora, resquícios na sociedade brasileira mesmo no sul do país e sobretudo entre as camadas mais abastadas da população.

Adepta da construção de uma história das mentalidades, Angela Mendes de Almeida ("Notas sobre a família no Brasil") prefere eleger o modelo de Freyre como ponto de partida para sua análise, afirmando que a matriz da família patriarcal, com sua ética dominante, espalhou-se por todas as outras formas concretas de organização familiar.

Sem tomar partido em relação a essas duas correntes, Margareth de Almeida Gonçalves ("Expostos, roda

e mulheres: a lógica da ambigüidade médico-higienista") observa, através do estudo da Casa dos Expostos do Rio de Janeiro – instituição criada no século XVIII para abrigar crianças abandonadas que muitas vezes eram fruto de uniões ilegítimas – e em especial através das teses de Medicina que justificavam a permanência da Roda, o tipo de moral que regia as relações familiares nos séculos XVIII e XIX: a manutenção da Roda era defendida pelos higienistas porque, mantendo ocultas as transgressões, ela contribuía para a preservação da família colonial.

A segunda parte do livro ("Família e construção da subjetividade") reúne artigos que refletem sobre a família como o local privilegiado para a construção da subjetividade. Analisando o romance de Machado de Assis como um enunciado político, Kátia Muricy ("O indivíduo e a sociedade em Machado de Assis") acredita encontrar nele uma postura de resistência aos valores e ao discurso da nova ordem burguesa que se afirmava, bem como vários elementos críticos em relação à atitude reguladora da Medicina Social.

Gilberto Veilho ("Família e subjetividade") aborda um tema importante na reflexão atual sobre a família: a manutenção de velhos padrões em estruturas aparentemente transformadas, como a preservação, em famílias nucleares urbanas, da rede de parentescos, fundamental para a construção da subjetividade e a recuperação desses laços em determinados momentos da vida familiar, mesmo entre sujeitos que haviam rejeitado a família de origem como forma de aderir ao individualismo.

Ainda nessa parte da Coletânea, Sêrvulo Augusto Figueira ("O papel da psicanálise no entendimento da construção da subjetividade") aporta ao tema o saber da psicanálise como forma de entender a arquitetura da subjetividade e lança às ciências sociais o desafio de suprir uma grande lacuna: enfrentar a dimensão da subjetividade e discutir o indivíduo sociologicamente.

Na terceira e última parte do livro, "Crise da Família: uma questão da atualidade?", Leila Linhares Barsted ("Permanência ou mudança? o discurso legal sobre a família") articula o discurso legal sobre a família à noção de crise da instituição familiar e enfatiza a distância entre o que reza a lei e as variadas formas de organização familiar. Questão semelhante é retomada por Roberto da Matta ("A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira"), quando afirma que a distância

entre as leis e as práticas sociais perpetua o nepotismo e faz com que a vida social decorra movida por duas éticas distintas, a da casa, aplicada às razões de família e da rua, usada no exercício de funções públicas. A família, de qualquer modo, persiste como valor e referência fundamentais na sociedade brasileira.

Sem dúvida um livro que contribui para enriquecer o debate sobre um tema que, se não é de todo novo, só há pouco tempo vem sendo alçado ao rol das questões maiores nas Ciências Humanas. Talvez por isso somente agora seja possível, como propõem as organizadoras e mesmo alguns dos autores, uma releitura de clássicos como Gilberto Freyre, que mostre que as novas formas de família nuclear foram moldadas pela mentalidade patriarcal predominante anteriormente. Pois o saber se constrói acumulando conhecimentos, que nem sempre podem ser reduzidos a meras dicotomias, engano no qual por vezes parecem incorrer as organizadoras: ao limitar as leituras sobre a família patriarcal a dois planos possíveis de análise, um que toma a família como fato empírico, outro que privilegia a representação social, esquecem-se de que o fato sociológico é sempre uma construção social e uma representação da realidade. A própria família é tanto um grupo social empiricamente constituído quanto a representação que dela fazem seus membros. Não há certo ou errado, a ênfase em qualquer uma dessas dimensões é uma questão de opção teórica e metodológica. Pena que as organizadoras não só privilegiem claramente uma das dimensões, mas também desmereçam a outra, na própria introdução. Afinal, sua função deveria ser justamente a de introduzir o leitor na leitura isenta de todos os artigos e não a de fazê-lo firmar *a priori* posição contra ou a favor de algum deles.

*Cristina Bruschini*

#### **TRABALHO E CONHECIMENTO: Dilemas na Educação do Trabalhador**

CARLOS MINAYO GOMES, GAUDÊNCIO FRIGOTTO, MARCOS ARRUDA, MIGUEL ARROYO E PAULO NOSELLA

CÓRTEZ/AUTORES ASSOCIADOS, SÃO PAULO, 1987.

Preparados para discussão na IV Conferência Brasileira de Educação, os cinco ensaios reunidos neste li-

vro, tomam como ponto de partida as relações entre *Trabalho e Educação*. As funções da escola, dentro do modo capitalista de produção, são retomadas (e questionadas), quer sobre a ótica da burguesia quer sob o ponto de vista da classe trabalhadora, estabelecendo um profícuo debate com certas tendências críticas atuais que prevalecem, ao menos teoricamente, nos meios educacionais.

A inversão da afirmação "relação entre educação e trabalho" para "relação entre trabalho e educação" marca de forma profunda as análises desenvolvidas, não se tratando de mera questiúncula semântica. A apreensão desta relação, sob esta forma, propõe uma análise da natureza do trabalho e das relações estabelecidas no seu exercício, entendendo a dinâmica do próprio trabalho como determinante do educativo e não o contrário, o educativo condicionando o trabalho, que acaba redundando em práticas e discussões a respeito da educação para o trabalho, educação pelo trabalho etc.

Os ensaios, conforme declinado na introdução do livro, tomam o texto de Gaudêncio Frigotto ("Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos") como base, apresentando a questão central, denominada de "crise de aprofundamento teórico" na apreensão e prática da relação trabalho-educação. Esta crise, segundo o autor, pode ser compreendida como resultado da assimilação superficial do discurso crítico a respeito da educação, que gera práticas que refletem a "interiorização das concepções e categorias do humanismo, do positivismo e do funcionalismo" (p. 14) da inversão metodológica da compreensão *trabalho e educação*, evidenciada pela "não-apreensão das relações de trabalho, as relações de produção, como práticas fundamentais que definem o modo humano-social da existência e se constituem na fonte primordial do conhecimento e da formação da consciência" (p. 17), e por fim, pela não "historicização da categoria valor-trabalho; capital-trabalho", representado pela estagnação (ou mumificação como o autor coloca), das categorias marxistas de análise, que passam a ser tomadas como dados, portanto abstrações, perdendo as dimensões da práxis, condição que permite a construção das categorias no próprio processo de análise e de transformação da realidade. Esta mumificação desarma o investigador para compreender as mudanças ocorridas no seio do capitalismo, na etapa do monopolismo, que marca diferenças na forma de exercício de